

O empresariado ultraliberal e sua indústria de destruição de direitos

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda de que maneira o empresariado brasileiro, na égide da avalanche ultraliberal associada ao processo de contestação da constitucionalidade democrática, dissociou-se de qualquer consideração pela legalidade republicana e pela manutenção de um razoável nível de respeito pela sociedade e seus direitos conquistados, em nome de sua plena liberdade econômica, fazendo da defesa dos interesses do mercado um valor absoluto e autoritário.

Palavras-chave: Ultraliberalismo; Reacionarismo; Precarização; Alienação.

The ultraliberal business community and its rights-destruction industry

Abstract:

The article discusses how Brazilian businessmen, in the aegis of the ultraliberal avalanche associated with the process of contesting democratic constitutionality, dissociated themselves from any consideration for republican legality and the maintenance of a reasonable level of respect for society and its conquered rights. name of its full economic freedom, making the defense of market interests an absolute and authoritarian value.

Key words: Ultraliberalism; Reactionarism; Precariousness; Alienation.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

O sono dos indivíduos em uma economia de mercado torna-se cada vez mais curto e leve, como o de um animal selvagem, e isso na proporção direta de seu desejo de sucesso
(KURZ, 1997, p. 252).



Na grande ofensiva ultraliberal, mais do que nunca se evidencia o antagonismo inconciliável entre mercado e direitos humanos. Toda a bela cantilena da responsabilidade social empresarial e variações similares cai por terra mediante a hegemonia do Fascismo de Mercado. Vertentes mais “humanistas” da defesa do sistema capitalista pressupunham que esta é a melhor forma de gestão socioeconômica para o progresso civilizacional, por pressupor a livre-iniciativa, a liberdade de escolha, o empreendedorismo e a valorização da inovação, e que as contradições estruturais do capitalismo seriam resolvidas não a partir de interferências

estatais, mas dos próprios cidadãos-consumidores que, imbuídos de demandas éticas por sustentabilidade, por disposições ecológicas e pela afirmação ética da dignidade da pessoa humana, auxiliariam no processo de moderação da voracidade do mercado, tornando-o assim mais “democrático” e constitucionalizado. Para Robert Reich,

As empresas não são cidadãs. São pilhas de contratos. O objetivo das empresas é participar do jogo econômico com o máximo de agressividade e eficácia. O desafio para nós, cidadãos, é impedir que imponham as regras do jogo [...]. As empresas não estão interessadas

no bem comum. Não é atribuição delas serem boas cidadãs. Elas podem praticar boas ações para melhorar sua imagem, a fim de aumentar as vendas e os lucros. Elas executarão atividades lucrativas que, talvez produzam efeitos colaterais benéficos à sociedade. Mas não farão o bem apenas por seus méritos (REICH, 2008, p. 12; p. 218).

A configuração de moderação democrática sobre as forças do mercado somente pode encontrar um resultado positivo em sociedades de longa trajetória de lutas emancipatórias, com engajamento constante do povo pelas causas republicanas, ainda assim constantemente ameaçadas pela adequação do poder político aos interesses empresariais. De toda maneira, sociedades capitalistas que apresentam um *modus operandi* do mercado razoavelmente controlado pelas estruturas democráticas desenvolveram tal nível de correlação de forças reguladoras não por uma benesse paternalista dos poderes públicos ou das corporações, mas pela luta sangrenta de trabalhadores associados, partidos progressistas, sindicatos e organizações de massa comprometidas com a emancipação de grupos subalternos. Essa tradição de resistência se consolida no espírito popular, fazendo de cada sujeito engajado nessa causa democrática um ator social efetivamente contestador dos desvios políticos mancomunados com as falcatruas empresariais. No decorrer da hegemonia capitalista nas sociedades industriais ocidentais encontramos tentativas reformistas de se aplacar as distorções mais violentas originadas pela lógica desenfreada do mercado, como a evolução da Doutrina Social da Igreja, de cunho conciliatório, proponente da seráfica harmonia de classes, ratificada pelo Estado,

organismo integrador das partes do grande corpo social. Apesar das boas intenções desse projeto teológico, político e moral, a ansiada paz entre trabalhadores e patrões não ocorreu da maneira adequada, permanecendo constantes tensões entre as partes antagônicas, com greves e repressões policiais. Todavia, a política reformista de se tentar agradar os dois polos ajudou consideravelmente na dissolução das bases de possibilidade da temida insurgência revolução proletária. A propalada aplicação da Administração Científica tal como defendida por Taylor (controle do espaço-tempo, monitoramento das ações individuais, automatismo produtivo, abonos salariais para os trabalhadores mais eficientes e obedientes) também se proclamava como o método para o estabelecimento da harmonia entre patrões e empregados e a satisfação dos interesses comuns de ambas as partes. Contudo, para que essa situação de convergência se tornasse viável, era indispensável que o trabalhador fosse um mero autômato, incapaz de tomar decisões:

O principal objetivo da Administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado (p. 24). [...] Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama (p.46) [...] A direção deve fornecer professores para instruírem o novo trabalhador nas melhores e mais simples movimentações, e os operários lentos devem ser constantemente cronometrados e auxiliados, até atingirem a velocidade conveniente. Todos aqueles que, depois do ensino devido, não quiserem ou não puderem trabalhar de acordo com os novos métodos e no ritmo requerido, serão dispensados (p. 66) [...] A administração científica significará, para os patrões e

operários que a adotarem – e particularmente para aqueles que a implantaram, em primeiro lugar – a eliminação de todas as causas de disputa e desentendimento entre si (TAYLOR, 2012, p.24; p. 46; p. 66; p. 102).

O empresariado, sempre favorecido pelo jogo de forças mesmo na construção do Estado de Bem-Estar Social, com a ofensiva neoliberal abandonou todo pudor de regulação das suas atividades para investir pesadamente na consolidação de uma agenda econômica onde apenas as corporações obteriam as vantagens mais significativas, cabendo aos trabalhadores plena adequação diante das medidas devastadoras da estabilidade profissional. O mercado se relaciona com a democracia e as instituições constitucionais apenas quando lhe convém, adotando para com a boa ordenança social apenas uma relação utilitária e instrumental. A lógica ultraliberal visa o lucro como o fim maior da ação econômica, e não hesita em defender políticas reacionárias de exceção para garantir as maiores vantagens para os seus associados. Não basta que as grandes empresas cometam crimes graves contra os trabalhadores explorados e contra o meio ambiente, elas também são habilmente convenientes com os crimes políticos, associando-se promiscuamente com figuras abjetas que transformam a máquina pública um instrumento de capitalização de recursos para os plutocratas, inimigos da sociedade civil. A frouxidão das leis é um convite para que as grandes corporações degradem o meio ambiente sem qualquer temor de penalização, pois as vantagens são maiores do que possíveis perdas posteriores. Immanuel Wallerstein considera que

A razão principal que leva o capitalismo como sistema a ser tão terrivelmente destrutivo da biosfera é que, na maioria dos casos, os produtores que lucram com a destruição não a registram como um custo de produção, mas sim, precisamente ao contrário, como uma redução no custo (WALLERSTEIN, 2003, p. 62).

Esse é o cálculo egoísta da crueldade empresarial, que considera o pagamento de uma multa um dispêndio mais razoável do que o cumprimento de diretrizes securitárias e os cuidados técnicos para com a natureza. Por isso o reacionarismo social (insuflado pela degeneração psicofisiológica de lideranças autoritárias adeptas do mercado desregulado) considera a agenda ecológica um capricho esquerdista. Gilberto Dupas afirma que

Às empresas, o sistema capitalista reserva o papel fundamental de transformadores de capital em mercadorias e serviços, alimentando a capacidade de acumulação do sistema por meio da maximização do lucro do seu negócio. Não faz parte da lógica capitalista a autorregulação do capital. Cabe à sociedade, por meio dos Estados nacionais e de regulamentações internacionais, enquadrá-las em limites legais cabíveis em cada circunstância, procurando conciliar sua tendência autárquica incessante de concentração, automação e maximização de rentabilidade, por todos os caminhos possíveis, com os interesses fundamentais e legítimos das sociedades – como o nível de emprego e a preservação do meio ambiente -, que acabam, muitas vezes, conflitando com estratégias corporativas (DUPAS, 2006, p. 25).

Desabamentos, incêndios florestais, jovens mortos nas periferias,

assassinatos de ativistas políticos e trabalhadores metralhados pelas forças armadas não afetam o coração da Bolsa de Valores. A degradação maliciosa da universidade pública brasileira não atrapalha o sistema da Bolsa de Valores. Apologia da tortura e recorrentes declarações estúpidas de um presidente energúmeno não prejudicam a vitalidade da Bolsa de Valores. Apenas discursos que ameaçam a liberdade triunfante do mercado são maléficos para a Bolsa de Valores, o grande totem do capitalismo, cada vez mais sôfrego em se desembaraçar de qualquer controle social, constitucional e jurídico. Conforme enfatiza Joel Bakan,

Como criatura psicopata, a corporação não consegue reconhecer ou seguir preceitos morais para evitar que prejudique os outros. Nada em sua formação legal limita o que pode fazer aos outros na busca de seus objetivos egoístas, e ela é compelida a prejudicar quando os benefícios são maiores do que os custos [...]. A estrutura única das corporações é a grande culpada pelo fato de as ilegalidades serem endêmicas no mundo corporativo. Estruturalmente, a forma corporativa em geral protege os seres humanos que a detêm ou que a administram das responsabilidades legais, fazendo da corporação uma “pessoa” com desprezo psicopata por restrições legais, o maior alvo dos processos criminais (BAKAN, 2008, p.71; p. 94).

A lógica totalitária do mercado elimina toda dignidade humana. Pouco importa para o empresariado ultraliberal, caracteristicamente psicopata, o desemprego em massa, a devastação da natureza, a insalubridade das condições laborais dos trabalhadores, a pobreza

endêmica que arrasa bases familiares, as ações criminosas das milícias e o desinvestimento em educação, ciência e tecnologia; pelo contrário, quanto mais males existem, maior é a força criadora dos grandes segmentos econômicos, que dependem da miséria e do vazio para ampliar as suas ações devastadoras sobre a sociedade. As pautas democráticas somente apresentam relevância para o empresariado ultraliberal quando o xadrez do mercado exige um tácito compromisso com a ética e a responsabilidade social. Contudo, esse pacto é imediatamente rompido quando sua vigência não é mais conveniente para o sucesso econômico dos grandes plutocratas. Por isso deve-se desconfiar quando corporações alardeiam vistosas práticas de responsabilidade social, pois em geral são medidas superficiais e instrumentais, que visam apenas manipular as paixões conflitantes da opinião pública em sua caracteristicamente difusa indignação virtuosa. Entre a retórica benevolente das empresas cidadãs e suas práticas reais há um grande vazio sociopolítico, que só pode ser preenchido com a força da democracia substantiva que coloca o mercado submetido ao crivo da cidadania, algo, todavia, muito difícil de ser alcançado em nosso Fascismo de Mercado. Conforme destaca Franco Berardi,

Expectativas frustradas, somadas ao individualismo frustrado, não levaram ao ressurgimento da solidariedade, mas só a uma ânsia desesperada e ao desejo enfurecido de aniquilação. Niilismo é o nome da cultura emergente (BERARDI, 2019, p. 9).

O empresariado brasileiro, asséptico na aparência, mas enlameado em sua interioridade apresentou definitivamente sua incompatibilidade perante o espírito

democrático ao defender, em nome da otimização da sua lucratividade, projetos políticos reacionários, inconstitucionais e herdeiros de horrendas tradições ditatoriais, fazendo dos valores éticos e sociais conceitos sem qualquer utilidade nessa corrosão nihilista da organização social. Assim, históricas conquistas trabalhistas são atacadas, garantias constitucionais ameaçadas, projetos técnico-científicos deslegitimados, direitos civis flexibilizados em nome da maldita rentabilidade empresarial, a única coisa que importa no Fascismo de Mercado. Tudo se curva e se cala ao poder das finanças. Por isso a tradição liberal progressista, fundamental para a consolidação das instituições modernas em nossas ordenações constitucionais, é distorcida em nome de uma aberração ideológica de liberdade na economia e conservadorismo nos costumes. Essa associação esdrúxula não é apenas má-fé intelectual, mas também uma contradição fundamental, somente realizável em um período de niilismo sociopolítico. Afinal, liberdade econômica pressupõe plena liberdade nos costumes e a supressão de qualquer padronização moralista nas tomadas de decisões dos sujeitos, compreendidos como pessoas autônomas e responsáveis por seus atos.¹

Em uma estrutura constitucional eficiente, liberalismo econômico

atrelado ao liberalismo social, conforme uma escala progressiva, conduz ao bem-estar material e ao hedonismo, que jamais seriam cerceados exceto se atentassem contra os direitos de terceiros. A insanidade da reconfiguração do dispositivo liberal econômico seccionado, todavia, de seu complemento sociopolítico apenas gera, de forma imediata, repressão, opressão, culpabilização do outro, imputado como estranho, errado, impuro. Nessas condições, somente os sujeitos autodesignados como normais adquiririam capacidades técnicas para ascensão profissional e seu inerente sucesso financeiro, manifestado economicamente em dispendiosos atos de consumo como forma de autogratisficação por suas realizações pessoais. Os segmentos sociais oprimidos, por sua vez, tendem a permanecer subalternos e sem qualquer possibilidade de ascensão social, mantendo assim um baixo índice de consumo, fundamental em uma dinâmica capitalista considerada saudável.

A idiotice dos “liberais na economia e conservadores nos costumes” não compreende que há toda uma pujança financeira que floresce na maximização social dos “vícios”. Essa massa bruta defende o armamentismo pessoal como forma de defesa contra as ameaças marginais, o que, sem dúvida, é uma proposta bastante interessante para a economia capitalista ultraliberal, pois assim cada “cidadão de bem” poderá comprar sua arma de fogo e então ajudar a movimentar o mercado, sem esquecermos dos efeitos sociais inerentes desse processo: teremos mais pessoas vitimadas em confrontos ou mesmo acidentes em manuseio das armas, o que é bastante interessante para os hospitais privados, seguradoras e agências funerárias. Todo um

¹ “O único propósito com o qual se legitima o exercício do poder sobre algum membro de uma comunidade civilizada contra a sua vontade é impedir dano a outrem. O próprio bem do indivíduo, seja material seja moral, não constitui justificação suficiente [...]. A única parte da conduta por que alguém responde perante a sociedade é a que concerne aos outros. Na parte que diz respeito unicamente a ele próprio, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e espírito, o indivíduo é soberano” (STUART MILL, 1991, p. 53)

segmento econômico girará em torno do mercado da morte. Todavia, o que surpreende na visão de mundo sectária e seletiva do “cidadão de bem” adepto da liberdade econômica e do conservadorismo social é sua ojeriza usual pelo consumo de entorpecentes, imputados como o mal absoluto. Obviamente que o narcotráfico é um problema fundamental na nossa segurança pública e um espinho na carne de nossa organização governamental, pois sabemos da razoável relação ambivalente entre alguns segmentos políticos, traficantes de drogas e forças policiais. Contudo, e se porventura fossem legalizados a produção e o consumo das drogas ilícitas? Não haveria também um maravilhoso aquecimento no coração do mercado? Muitos empregos seriam gerados em todos os setores produtivos. Haveria maior consumo de serviços médicos para se sanar os efeitos deletérios ocasionados pelo uso frequente de entorpecentes e talvez os planos de saúde ampliassem suas taxas para cobrir os gastos com o tratamento (intensivo ou não) dos viciados. Os “liberais na economia e conservadores na moral”, nessas condições, não têm coragem suficiente para realizar até o fim o processo de autorregulação das forças do mercado, que lucra sim com as virtudes, mas acima de tudo com as demandas viciosas dos cidadãos. Além disso, é uma contradição axiológica um “liberal na economia e conservador nos costumes” defender o armamentismo social, a desregulamentação das leis trabalhistas e ambientais e a flexibilização do uso de agrotóxicos (eufemisticamente denominados defensivos agrícolas para atenuar sua pesada carga semântica original) e ao mesmo tempo se revelar tão restrito acerca da produção e consumo de entorpecentes. Somente o moralismo

explica a inflexível condenação das drogas pelo conservadorismo social, pois não é a defesa da dignidade da vida o seu estofado axiológico. Esse espectro ideológico é completamente alheio ao bem-estar das massas e pouco se importaria com a eliminação física de um grande contingente humano, pois sabe que haveria um grande exército industrial de reserva para repor as peças perdidas.

Um presidente desqualificado e incompetente, arrogante defensor da ignorância, repete jargões desconexos e virulentos, na busca por inimigos constantes para desviar o foco das suas bravatas executivas. Fezes circulam por sua corrente sanguínea, e essa figura doentia, amante dos dispositivos fascistas, apresenta natural incapacidade de lidar com o contraditório. Em nome de uma visão distorcida de Cristianismo propaga mentiras inconsequentes. O ódio absoluto é seu norte moral, ódio ao conhecimento, ódio ao diferente, ódio à vida. Todos os seus críticos são imputados como inimigos figadais, através de sua mobilização odiosa constante consegue agregar o rebanho de seguidores raivosos que acreditam piamente nas suas sandices. O grande mentecapto considera que professores grevistas são idiotas úteis manipulados pelos partidos políticos de esquerda, mas o horrendo presidente esconde o fato de que ele mesmo é o grande idiota útil do mercado, que não hesitará em retirá-lo do cargo quando sua pessoa horrenda não for mais conveniente para os interesses plutocráticos. Afinal, essa figura presencial tão repelente e insensata não poder ter maior viabilidade existencial, apesar de que ela, imersa no seu delírio psicótico, sequer percebe que nada mais é do que uma marionete chula nas mãos do poderoso sistema financeiro e dos seus distintos especuladores. O grande idiota

útil presidencial será descartado assim que convir para os plutocratas. No entanto, enquanto tal evento não ocorre a parcela da sociedade brasileira dotada de consciência democrática é obrigada a suportar tamanha escatologia política e organizar suas bases de mobilização para enfrentar a avalanche niilista de destruição da coisa pública brasileira.

A miserabilidade moral perpetrada pelo presidente-latrina é tão impactante que os setores mais pragmáticos do campo progressista da sociedade brasileira prefeririam, como um mal menor, aturar, republicanamente, um substituto conservador mais contido e sensato, que não despeje tanto ódio em seus pronunciamentos políticos e que possa atuar razoavelmente conforme os preceitos democráticos mais basilares. A promessa de governar sem crivo ideológico foi facilmente posta de lado, pois o que mais vemos no desastre presidencial são discursos ideológicos. O que os ultraliberais defensores do Estado Mínimo e das medidas de austeridade podem dizer sobre um presidente-espantalho que gerencia a coisa pública de maneira autoritária, incompetente, patrimonialista, clientelista e nepotista? O liberalismo político, em suas origens, visava modernizar os aparatos estatais e promover o progressismo social, mas na gestão caótica do presidente da mentira o governo se torna sua propriedade privada, e os apólogos do livre-mercado se calam perante tais arbitrariedades, pois visam obter vantagens pessoais com essas transações escusas. Por isso o ultraliberalismo econômico, em sua versão brasileira, depende da imoralidade, da improbidade, da falta de transparência e das medidas antissociais para prosperar e prevalecer sobre o tecido social. David C. Korten afirma que

Na busca do crescimento econômico, a ideologia do livre mercado tem sido abraçada em todo o mundo com o fervor de uma fé religiosa fundamentalista. O dinheiro é sua única medida de valor, e essa prática está promovendo políticas que agravam em toda parte a desintegração social e ambiental. A profissão da economia serve como seu sacerdócio. Ela defende valores que degradam o espírito humano, assume um mundo imaginário distante da realidade e está reestruturando nossas instituições governamentais de forma a dificultar a solução de nossos problemas mais simples (KORTEN, 1996, p. 87).

O empresariado brasileiro é essencialmente oportunista e mendaz, pois defende a não-interferência do Estado na vida econômica, pois os homens de negócios são os autointitulados experts que conhecem as regras e os segredos do mercado. Porém, essa nata rapinante não hesita em abocanhar a fartura benevolente do Estado Plutocrático para obter suas vantagens e assim estabelecer monopólios e acordos promíscuos com os governantes, representantes eleitos do sistema empresarial. Sempre que uma empresa se encontra sob risco de falência a mão providencial do Estado é convocada para limpar as sujeiras feitas pelo empresariado irresponsável para que assim se evite maior prejuízo para a ordem econômica nacional. Conforme aponta Wolfgang Streeck,

Os Estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecer a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de modo crível, por programas políticos consagrados institucionalmente, que não vão intervir na “economia” – ou, caso intervenham, que só vão fazê-lo

para impor e defender a justiça de mercado sob a forma de remuneração adequada dos investimentos dos capitais (STREECK, 2018, p. 107-108).

As corporações, nessas condições, destituíram-se de qualquer tipo de pendor moral pela ordenança republicana e pela tentativa de promover melhor nível de qualidade de vida para a sociedade. Somente vantagens lucrativas são suas metas. Executivos e acionistas exigem sacrifícios da base da pirâmide social, mas eles mesmos não fazem um menor esforço de ajuste aos tempos de crise estrutural do capital. A imagem tenebrosa desse momento de esmagamento sobre a vida do trabalhador é a sugestão empresarial para que ele trabalhe com uma mão e com a outra segure o seu sanduíche para que assim o ritmo da produção não diminua. Em vista de tal situação de desregulação econômica, a única solução radical que uma sociedade democraticamente livre poderia empregar para vencer as forças totalitárias do mercado configurado de maneira antidemocrática seria a estatização e coletivização das grandes empresas privadas: em uma ordem política regida em nome do bem comum as empresas desapropriadas dos seus donos plutocratas seriam geridas por cooperativas de trabalhadores unidos, sem qualquer orientação patronal e suas inerentes estruturas verticais para lhes guiar. Aos olhos da hipócrita legalidade burguesa tal proposta é certamente um avilte terrorista, uma afronta ao direito sagrado da propriedade privada. Contudo, a elite empresarial não manifesta nenhuma expressão em defesa dos direitos civis dos quilombolas, dos indígenas, dos camponeses e de todas as camadas sociais despojadas de suas terras

produtivas e habitações pela ação violenta dos grileiros, dos pecuaristas, dos capangas, das milícias. Em verdade, nosso sórdido empresariado mantém ligações sombrias com maldades criminosas para garantir sua segurança econômica perante todas as formas de contestação dos seus desmandos. Quanto mais distante do controle público, mais aterradora é a capacidade de violação dos direitos impostas pelo empresariado acanhado e seus asseclas aos trabalhadores.

A casta empresarial, adepta dos parâmetros do enxugamento do Estado, visa apenas se apropriar dos seus recursos sem qualquer contraparte social. As grandes corporações defendem ferrenhamente a reforma trabalhista e a reforma da previdência social, postulando que assim os negócios poderão novamente florescer na economia brasileira e que por conseguinte teremos vantagens posteriores mediante criação de mais empregos, o grande fetiche desse projeto espoliador da sociedade brasileira. Os ideólogos midiáticos não hesitam em defender essa agenda reducionista, para melhor seduzir a opinião pública. O grande mote do Ultraliberalismo associado ao reacionarismo social, conjunção perfeita para a plutocracia empresarial, é “mais empregos, menos direitos”, cabendo aos trabalhadores de base, aos intermitentes, aos precários, aos subalternos, aos informais, aos desempregados, aos desalentados, total adequação pessoal à essa proposta:

“Quem precisa de mim?” É uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos de resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca

relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvias e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros (SENNETT, 2002, p. 174).

O empresariado brasileiro, que concentra um nível desproporcional de riqueza em relação ao resto da população, não quer renunciar aos seus privilégios e benefícios, exigindo das massas a facada na carne. Em uma democracia substantiva, primeiramente ocorreria uma significativa tributação das grandes fortunas, a coleta rigorosa de impostos sobre os exorbitantes índices de lucros das grandes empresas e uma reforma agrária efetiva. Somente com essas mudanças fundamentais na sociedade poder-se-ia negociar qualquer alteração nas leis trabalhistas ou previdenciárias. Contudo, o caráter antidemocrático das corporações capitalistas exige a manutenção da sacralidade jurídica da propriedade privada, mesmo improdutiva, e consideram que o maior benefício público que fornecem para a sociedade é a geração de empregos e o subsequente aquecimento do mercado, convertendo o trabalhador assalariado em consumidor-cidadão. Segundo Franz Hinkelammert

O ser humano é inútil e até “descartável”, a não ser que seja transformado em capital humano a ser explorado em função de sua utilidade, seja a utilidade a partir do interesse próprio calculada por ele mesmo, que considera a si mesmo capital humano, ou por outros, que querem explorá-lo em virtude de suas respectivas utilidades próprias

(HINKELAMMERT, 2014, p. 201).

Na economia capitalista razoavelmente controlada pela ordenação democrática da sociedade a forma mais normal de inclusão social é através do pleno emprego, aliás, cada vez mais raro na grande ofensiva ultraliberal, exigindo do trabalhador que perca suas garantias jurídicas em nome da competitividade global. Fomenta-se assim a moral normativa da flexibilidade, uma nova gestão do dever profissional sobre a consciência atormentada do trabalhador coagido a se adaptar sempre conforme as conveniências arbitrárias de uma estrutura mercadológica que exige a dissociação e a desconfiança entre os indivíduos, combatentes mortais por uma concorrida vaga que garante provisoriamente a sobrevivência e a subsistência em um modelo de vida consumista que inibe qualquer frugalidade e que estimula o atomismo social. Para Bauman (1999, p.292), “a tolerância promovida pelo mercado não leva à solidariedade: ela fragmenta, em vez de unir. Serve bem à separação comunitária e à redução dos laços sociais a um verniz superficial”.

Para adocicar essa axiologia das novas competências todo um segmento profissional é direcionado para realizar esse trabalho de catequese gerencial, proporcionando, inclusive, grandes lucros para os seus empreendedores. O coaching é uma das práticas da moda no capitalismo tardio. Editoras cujo público-alvo são leitores do ramo da Administração, da Economia, das Ciências Contábeis e áreas afins também conseguem boas vendas com seus livros sobre meritocracia, eficiência, resiliência, persistência, gerenciamento, inovação, mudança, e outros conceitos conexos, todos eles eticamente legítimos, mas que são

manipulados ideologicamente para plasmar na consciência do homem normatizado pelo dever de empenho ao trabalho flexível a urgência de se adequar incondicionalmente aos novos parâmetros do mercado, caso contrário o desemprego será o seu destino. Nesse contexto asfixiante, vende-se a ideia falsa de que não há alternativas. Ora, sempre há alternativas para se destruir a sanha produtivista e a necessidade imperiosa de submissão do ser humano aos processos de alienação laboral, é imprescindível apenas que haja coragem política para se enfrentar as diversas formas de violência impostas pelos mandatários do mercado contra a subjetividade, a identidade e a singularidade de cada trabalhador que é premido a adotar sua trajetória profissional e pessoal o código da flexibilidade, da precarização e da suspensão dos seus direitos. Richard Sennett argumenta que

A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais [...]. Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história se vive numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (SENNETT, 2002, p. 9; p.27).

O resultado nefasto dessa alteração sistêmica é o aumento de índice de esgotamento laboral, a perda da

identidade profissional e o desgaste metabólico do trabalhador, cada vez mais exausto, deprimido, assediado. Esses males sociais são naturalizados sordidamente pela ideologia ultraliberal como imperiosas necessidades econômicas, sacrifícios que o grande empresariado, todavia, se imiscui de fazer. Apenas os assalariados devem sofrer das mazelas do desajuste econômico da cantilena ultraliberal. Segundo Guy Standing,

O precariado vive com ansiedade – insegurança crônica associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má sorte poderia pender a balança entre a dignidade modesta e ser um sem-teto, mas também com o medo de perder o que possui, mesmo quando se sente enganado por não ter mais (STANDING, 2013, p. 42)

Não há mais qualquer possibilidade, nessas condições, de um grande acordo social, um ajuste de interesses entre plutocracia e proletariado tal como sonhava a racionalidade pragmática da ordenação política liberal. O empresariado, mais do que nunca, prospera a partir da degeneração vital dos trabalhadores, com a anuência da intelligentsia burguesa que não é afetada diretamente pelas demandas sub-reptícias desse mercado necrófilo. Sem o fortalecimento de sindicatos combatentes, sem organizações sociais da resistência aos ditames normativos das corporações capitalistas, sem mobilizações trabalhistas constantes, sem a atuação política dos partidos comprometidos com as demandas populares, esse empresariado sanguessuga adquirirá plena hegemonia na organização econômica brasileira em nossa configuração pós-democrática. Para a plutocracia acanhada, ultraliberal na economia e reacionária

nos costumes, o autoritarismo e o despotismo são os melhores instrumentos políticos que um governante pode utilizar para controlar o ímpeto emancipatório dos trabalhadores. Assim, quanto mais ignorância, quanto mais ódio, quanto mais repressão, quanto mais injustiças, quanto mais barbárie, quanto mais obscurantismo, quanto mais cerceamento da liberdade de expressão e de organização, quanto mais cortes no investimento em educação e ciência, quanto mais precarização dos serviços sociais, quanto mais desemprego, tanto melhor para a exaltação da glória econômica desse vil empresariado, pavimentando-se assim o chão para a atuação mortal do Fascismo de Mercado. Byung-Chul Han pondera que

Mundo e mercado global não são idênticos, e a mercantilização total do mundo seria sua violação. Ela reprime e aniquila tudo o que não é trabalho, lucro, capital, eficiência e desempenho, sendo que a histeria da produção e do desempenho, como também a hipertonia da competição e da concorrência, provocam fenômenos patológicos dos mais diversos tipos (HAN, 2017, p. 252-253).

No campo do realismo político, antes de pensarmos na radical dissolução da forma-Estado precisamos, primeiramente, dele se apropriar, para que o mesmo se torne o instrumento da realização do bem comum, o Estado que atua, assim, em nome da democracia e da sociedade, e não em favor dos escusos interesses das elites rapinantes e plutocráticas. Nessas condições, não basta que contemos com parlamentares e partidos comprometidos com os interesses genuínos das bases sociais, mas também que haja resistência multitudinária constante contra a apropriação da máquina do Estado pela

obra vilipendiosa das corporações capitalistas, que não hesitam em corromper os poderes públicos para que suas pautas particulares e excludentes se tornem as determinações políticas. O grande empreendimento político na emergência das novas técnicas de vassalagem do poder público aos negócios empresariais consiste na desmistificação da crença na neutralidade do Estado, um desserviço aos propósitos democráticos. Na configuração capitalista o Estado é o baluarte de proteção que referenda, de maneira ou de outra, os negócios das classes dominantes. A função democrática, ainda que difícil, consiste em fazer do Estado um instrumento para consolidação dos direitos sociais. Gilberto Dupas argumenta que

O desenvolvimento requer um Estado normativo e catalisador, facilitando, encorajando e regulando os negócios privados. Sem um Estado efetivo, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social parecem impossíveis (DUPAS, 1999, p. 201)

A ação partidária-parlamentar comprometida com a democracia substantiva é uma das bases, no cenário do avanço neoliberal do Fascismo de Mercado, para a defesa incondicional dos interesses sociais, mas não pode ser compreendida como a única tática de ação. As pessoas, unidas nas ruas, nos centros de resistência, em todos os espaços coletivos de ação multitudinária agem pelo amor pela liberdade, pela igualdade, por justiça, para uma sociedade regida pelos princípios do bem comum, divisa inalienável. Paralisações, manifestações e greves não são meros gestos de demarcação de território político e consolidação de uma agenda de reivindicações, mas expressões vitais da capacidade dos atores democráticos ampliarem suas

capacidades de atuação através da sinergia dos corpos unidos em prol da luta contra a tirania monopolística das forças capitalistas e suas inerentes produções necrófilas de silenciamento e destruição das forma de vida. Com efeito, a estrutura autoritária do mercado capitalista não será vencida com regulações políticas ou decisões governamentais, mas sim através de resistências constantes das pessoas que saem de sua zona de conforto e enfrentam a tirania da autoproclamada onipotência das corporações capitalistas.

Referências

BAKAN, Joel. **A corporação: a busca patológica por lucro e poder**. Trad. de Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERARDI, Franco. **Depois do Futuro**. Trad. de Regina Silva. São Paulo: Ubu, 2019.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O Mito do Progresso ou Progresso como ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus direitos humanos**. Trad. de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo**. Trad. de Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

REICH, Robert. **Supercapitalismo**. Trad. de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Trad. de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

STUART MILL, John. **Sobre a Liberdade**. Trad. de Alberto da Rocha Barros. Petrópolis: Vozes, 1991.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. Trad. de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística ou as decisões históricas do Século Vinte e Um**. Trad. de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2003.

Recebido em 2019-09-03
Publicado em 2019-09-11